



# Anais da Assembléia

N.º 141

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 216ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1977

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Augusto Carneiro.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 328/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 257/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUINTA DO SOL, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar de "Quinta do Sol" e do Ginásio Estadual São Judas Tadeu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 328/77.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 217ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Dácio Leonel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto

Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Antes da leitura do Expediente, registro com satisfação a presença na tribuna de honra, do Sr. Serafim Resende Neto, Vereador Secretário da Câmara Municipal de Altônia.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, Regime de Urgência à Proposição no. 391/77, de autoria do Deputado subscritor do presente, referente à Emenda Constitucional que visa reduzir a idade mínima para que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) ANTONIO FACCI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 27, do Sr. SYLSEU PEREIRA ALVES.

De tradicional família de nosso Estado, o ilustre desaparecido exerceu relevantes funções nas mais diversas atividades.

No setor industrial, foi o responsável pela organização das firmas CAFÉ ALVORADA S/A, e DISTRIBUIDORA ALVORADA, das quais era diretor presidente, constituindo-se em líder e porta-voz dos torrefadores do sul do País.

Homem ligado ao esporte, exerceu a presidência do Clube Atlético Paranaense e de seu Conselho Deliberativo.

Exemplar chefe de família, e dono de grande círculo de amizades, seu falecimento causou grande consternação entre aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. ALVARO BITTENCOURT LOBO, ocorrido no último dia 28, em Paranaguá, onde exercia as funções de Superintendente dos Portos de Paranaguá e de Antonina.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. ALVARO BITTENCOURT LOBO FILHO, ocorrido em Paranaguá, onde o mesmo exercia o cargo de Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem no último dia 29 de outubro, do 17o. aniversário de fundação da TV-Paranaense Canal 12.

Emissora de televisão pioneira em nosso Estado, iniciou suas atividades sob a direção do Dr. Nagibe Chede, em instalações modernas mas, acima de tudo, mostrando a capacidade de nossa gente.

Posteriormente, sob a orientação do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, prosseguiu sua trilha de progresso e de grandes sucessos.

Em seus 17 anos, a Televisão Paranaense Canal 12, procurou, ao lado de sua programação nacional e internacional, prestigiar também, os valores do Paraná, colocando-se intransigentemente, em posição de liderança na reivindicação dos legítimos interesses de nossa população e, por esta razão, merecendo o elogio desta Assembléia.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao diretor da TV-Paranaense Canal 12, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, cumprimentando-o e a seus funcionários, pela expressiva data, e ao pioneiro da televisão em nosso Estado, Dr. Nagibe Chede.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Puericultura em São João do Ivaí, onde já existe Associação, desde 1965.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

# JUSTIFICATIVA:

Verifica-se hoje, mais do que nunca, a premente necessidade de instalação de um Posto de Puericultura em São João do Ivaí, o qual é reclamado pela população mais carente de recursos desde 1965, ano em que foi fundada uma Associação com a finalidade de prestar atendimento aos recém-nascidos e às gestantes pobres daquela localidade. Observa-se porém, que sem a pre-

sença de um Posto de Puericultura, esse atendimento fica muito a desejar, razão pela qual, torna-se necessária e urgente a presença do Governo do Estado, através a Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, concretizando uma velha e justíssima aspiração dos que ali residem.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Sr. Dr. Marcos Luiz de Bonna, congratulando-se com S. Sa., em face das homenagens que lhes foram prestadas por ocasião do aniversário de Morretes, dia 31 p.p.. Quando aquele insigne personagem, recebeu em Sessão Solene da Câmara Municipal daquela cidade, o título de Cidadão Benemérito de Morretes.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Allysson Paulinelli, e ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, Karlos Riechbieter, transmitindo o apelo de nossos agricultores no sentido de que o plantio de soja safra 77/78, receba financiamento total de seus insumos básicos.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

# JUSTIFICATIVA:

Os produtores rurais que se dedicam ao plantio de soja vêm se mostrando apreensivos, com a perspectiva de não receber custeio total dos insumos básicos para a safra 77/78.

Cereal que vem se tornando produto básico de nossas exportações, deve merecer todo o apoio de nossas autoridades, permitindo-se a incrementação de seu cultivo.

O Governo sempre tomou medidas de estímulo à lavoura, mormente quanto à soja, e confiamos que a reivindicação de nossos produtores seja atendida.

# PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 155/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Riomafrense de Bem Estar do Menor - IRBEM, com sede e foro na cidade de Rio Negro.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

# JUSTIFICATIVA:

Conforme se insere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente; os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração; está em regular funcionamento há mais de um (01) ano, e presta relevantes serviços à coletividade, notadamente no que diz respeito ao bem estar do menor marginalizado.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI No. 156/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito "post mortem" ao Sr. AVELINO VIEIRA, na forma da legislação em vigor.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamentos: Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Jorge Sato, Gilberto Carvalho, Enéas Faria, Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Accioly Neto, Ezequias Losso, Hélio Manfrinato, Fidelcino Tolentino, Erondy Silvério, Alfredo Gulin, Gabriel Manoel e Fabiano Braga Cortes.

## JUSTIFICATIVA:

Mais que o reconhecimento de um povo na pessoa de seu representante, a um pioneiro do desenvolvimento social econômico em nosso Estado, a dívida de gratidão a um idealista que foi um dos responsáveis pela grandeza, pelo prestígio e pelo vendaval de progresso que se desencadeou a partir da criação de seu maior sonho: o BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A.

Avelino Vieira nasceu em Tomazina, no dia 03 de novembro de 1905, à beira do Rio das Cinzas. Filho de um imigrante sírio, Avelino herdou de seu pai o amor pelo trabalho.

As primeiras letras foram aprendidas na Escolinha Primária do Professor Astolfo Martins. Depois de concluir o curso secundário em Curitiba e após algumas experiências no comércio, Avelino passou a exercer a atividade de responsável pela seção bancária anexa ao estabelecimento comercial do Coronel Felipe Miguel de Carvalho, na cidade de Brazópolis. Aí sim, iniciam os primeiros passos de sua brilhante carreira de banqueiro. Essa sua representação bancária atendida aos interesses do BANCO DO BRASIL, BANCO FRANCÊS E ITALIANO; BANCO DE CURITIBA e do BANCO NORDESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos dezoito anos, deixou o emprego e veio para Curitiba, prestar o serviço militar. Ao mesmo tempo passou a frequentar o Curso de Contabilidade da Escola de Comércio do Dr. Raul Gomes. Quase cinquenta anos mais tarde, quando foi homenageado pelo Sindicato dos Contabilistas do Paraná, disse:

"A profissão ajudou-me muito na concepção da medida exata da responsabilidade que me faria participar, sem descanso nem vágares, honesta e firmemente, de todo o esforço que demandasse a grandeza da Pátria em termos de uma vigorosa economia".

Quando voltou para Tomazina, cumpridas suas obrigações militares, e aproveitando sua experiência no escritório de Brazópolis, abriu uma seção bancária anexa ao Estabelecimento comercial de seu pai. Dois anos depois, apoiado por alguns amigos, resolveu fundar em Tomazina o Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná.

O Popular e Agrícola, fundado com esteio na chamada Lei Afonso Pena, enfrentou de saída, o craque de 1929, e teria ali mesmo sucumbido, não fossem a disposição e a tenacidade vigorosas de seu fundador que mostrou, nesse primeiro embate, ter pulso e coragem. Penosamente o Banco sobreviveu à crise e enfrentou adiante, as dificuldades que vieram no bojo das revoluções de 30 e 31.

Desde então, Avelino Vieira foi sempre um vitorioso, não sem enormes sacrifícios, dedicando sua vida ao desenvolvimento bancário nacional, conforme suas palavras na multiplicação evangélica dos talentos que lhe confiavam: "Dando seqüência a seus ideais, começou a realizar o Projeto de Expansão do Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná. Em 1944, quando já haviam sido inauguradas as agências de Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Bandeirantes e Cornélio Procopio, e concedidas as cartas patentes para Curitiba e Joaquim Távora, o Popular e Agrícola foi incorporado pelo Banco Comercial do Paraná. Nessa época, com sede em Ponta Grossa,

o Banco Comercial do Paraná era o maior estabelecimento de crédito do Estado.

De 1944 até 1951, Avelino Vieira exerceu as funções de Diretor do Bacional, residindo em Ponta Grossa.

Por Ponta Grossa, em 10 de janeiro de 1942, demonstrando sua extrema facilidade em angariar amigos, foi eleito Deputado à Assembleia Legislativa do Estado. Sua carreira política não começou, porém, em Ponta Grossa. Já em Tomazina ele havia sido Prefeito Municipal de 1933 a 1943, tendo assumido com apenas 28 anos de idade.

De Avelino Vieira, o Interventor Manoel F. das, costumava dizer: "É o meu menino de ouro".

Em 1951, quando deixou a diretoria do Banco Comercial do Paraná, Avelino teve vontade de abandonar a carreira de banqueiro e o teria feito, não fosse a influência de sua primeira esposa - Dona Maria José — que lhe conhecia como ninguém, a irresistível vocação, para o mundo das finanças. As opções teriam sido a agricultura e a pecuária, sendo, na época, proprietário de bem organizada fazenda no Município de Joaquim Távora.

Final, em 1952, com a compra de um novo Banco, começou a fase Bamerindiana da carreira de Avelino Vieira. O estabelecimento adquirido era o Banco Meridional de Produção que em 23 de setembro de 1952, foi autorizado pela antiga Sumoc a mudar de nome para Banco Mercantil e Industrial do Paraná, donde surgiu a sigla BAMERINDUS.

Desnecessário salientar a potencialidade e a grandeza da Rede BAMERINDUS hoje constituída por 17 grandes instituições com agências espalhadas por todo o Brasil.

Em certa ocasião, discursando na inauguração de uma agência, Avelino disse:

"Seria natural que nos perguntassem: qual o segredo, afinal, do sucesso Bamerindus que, partindo praticamente do nada, alcança em duas décadas posição tão expressiva? Responderíamos que Bamerindus tem tido apenas, como modelo, os padrões mais rigorosos de certas leis que são imutáveis no campo da economia e no da moral. Na economia, o trabalho constante e a melhor atenção à regra muito simples dos cálculos de receita e de despesa. Na moral, a honestidade de propósitos".

A escolha de Avelino Vieira em 13/08/73 para exercer as elevadas funções de Membro do Conselho Monetário Nacional, revestiu-se da maior significação para o Estado do Paraná, tendo em vista que o referido Conselho é o órgão de cúpula do sistema financeiro nacional. Maior significação ainda, se considerarmos que o Conselho tem como membros natos os Ministros da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e do Comércio, Presidente do Banco Central, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Banco Nacional de Habitação, além de três representantes de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

Na oportunidade de sua assunção como membro do Conselho Monetário Nacional, com a simplicidade que caracteriza os grandes homens, foram ditas as seguintes palavras por Avelino: "Nunca passou pela minha humilde cabeça vir a ser um dia, convocado para colaborar na alta direção econômico-financeira de nossa pátria. Sem jactância, mas com a mesma humildade dos primeiros tempos, senti-me sobejamente recompensado. Recebi o pagamento de um preço pelo qual não lutei, pois na verdade, sempre me satisfiz com a alegria das vitórias anteriores".

O professor Egas Dirceu Muniz de Aragão, falando em nome dos integrantes dos Conselhos de Administração Bamerindus, em homenagem por estes oferecida a Avelino Vieira, assim se expressou:

"No evangelho de São Lucas, encontra-se uma parábola que bem significa o valor dessas duas qualidades: certo Senhor, que saíra a viajar, confiou a três servos os bens que possuía. A um deu cinco talentos, a outro, dois e ao derradeiro, um. Recebidos esses valores, os dois primeiros, com inteligência e

trabalho, multiplicaram-nos, para depois devolvê-los; o terceiro porém, enterrou-o e, mais tarde, o devolveu. Ao regressar de viagem, o Senhor chamou-os a todos para a prestação de contas: dos dois primeiros, recebeu o dobro do que entregara, elogiando-lhes o tirocínio; do último, apenas o que deixara em suas mãos, verberando-lhe a incúria. Muitas são as lições contidas nessa passagem. Somos todos depositários de um volumoso patrimônio com que fomos dotados pelo Criador. Esse patrimônio é a nossa inteligência, a nossa capacidade de trabalho, que devemos empregar em favor do bem comum, de modo a que a coletividade em que vivemos possa beneficiar-se de nossa presença. Ao longo de nossas atividades, ficamos na situação dos três servos: a cada qual de nós incumbe explorar nossos talentos, isto é, as virtualidades que nos são próprias. Alguns, com inteligência e trabalho, aplicam-nos e multiplicam-nos, tornando-se úteis à comunidade; outros, porém, se deixam quedar como eram. Os primeiros certamente receberão as homenagens do Senhor; os últimos Sua censura. Estou certo — estamos todos certos — de que Avelino Vieira jamais enterrou os seus talentos: muito ao contrário, empregou sua inteligência e destinou o seu trabalho a servir a sociedade em todos os momentos de sua vida. E é por isso que pode receber agora, cercado de sua família, a homenagem de seus amigos, admiradores e companheiros”.

Por ocasião dos festejos alusivos aos 20 anos da Organização Bamerindus, o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, na época Governador do Estado, aduzia:

“Mas o fator essencial, capaz de realizar a transformação qualitativa da nossa economia — tarefa que os próximos anos deverão testemunhar — é o papel a ser desempenhado pelo novo empresariado paranaense. Empresariado que já existe, que no dia a dia se afirma e que aqui e ali desponta em exemplos que se renovam e se multiplicam.

O Grupo Bamerindus é um dos exemplos mais representativos dessa nova geração de empresários. Nascida e consolidada no Paraná, a Rede Bamerindus acompanhou, passo a passo, o desenvolvimento do Estado, nestas duas últimas décadas e daqui partiu para afirmar a presença da nossa terra no cenário empresarial brasileiro”.

O grande e saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto, instado a definir Avelino Vieira, soube fazê-lo como poucos, asseverando:

“Avelino Vieira começou pequeno, quando Tomazina não havia atingido grande êxito com o Café. Começou pequeno e cresceu, no início, muito devagar. Mas tinha as qualidades inatas de líder que soube aprimorar com o tempo e as circunstâncias. Sabia perceber as oportunidades e caçá-las. Perceber as oportunidades, manipulá-las bem, foi desde sempre, o segredo de sua atuação. Mas quero enfatizar, além dessa sensibilidade para ação no momento exato, duas qualidades fundamentais de sua personalidade: a humildade intelectual e o poder de aglutinar em seu redor uma boa equipe de auxiliares. Humildade intelectual não é muito comum, mas é a condição necessária de progresso pessoal e de apreensão de conhecimento geral, como de homens e situações. Avelino é imune ao vírus do orgulho que tantas e tantas vezes, compromete e enfeia o êxito obtido por muitas pessoas. Cercar-se de uma equipe de homens que possuam afinidades no trabalho comum para atingir as mesmas metas, é outra qualidade de Avelino. Ele soube criar a sua equipe, sem preocupação de impor autoridade, mas buscando sem ciúmeiras, a cooperação necessária. Sabe ouvir, e, o que ainda é mais importante, para as funções de liderança e criação, sabe mudar. Ele surgiu como um tipo representativo do novo Paraná, novo e surpreendente, com o sinal de seu meio e seu tempo. E tinha grandeza humana e boa vontade para o novo, não apenas por ser novo mas sobretudo, por ser melhor”.

Pioneiro e fundador de grandes instituições, o espírito humanitário de Avelino não se esqueceu dos velhinhos de sua cidade natal, ao mesmo tempo em que dava às jovens de Toma-

zina a oportunidade que nunca lhe foi negada. Assim é, que foram criados e inaugurados sob sua iniciativa: O Asilo para velhinhos João XXII e a Escola Profissional “Maria José”, ambos mantidos pela Fundação João XXII.

Ativamente devotado à vida, acostumado com as infundáveis batalhas que ela se nos apresenta, Avelino soube enfrentar a morte com a naturalidade dos justos e com a consciência do dever cumprido. Faleceu aos 69 anos de idade, às 17 horas do dia 01 de setembro de 1974.

Dentre as inúmeras manifestações de pesar que se seguiram ao seu passamento, vale aqui destacar as sábias palavras proferidas no Senado Federal pelo Senador Accioly Filho:

“Porque meu Estado era rico em florestas de madeiras de lei, é freqüente ali o uso da imagem da queda de uma árvore para expressar a morte de um paranaense. O nosso orgulho e o nosso amor pelas árvores talvez nos levem a esse símile entre a sua derrubada e a morte do ser humano.

É pois essa a primeira imagem que me ocorre quando venho ao Senado para cumprir o doloroso dever de comunicar o falecimento de Avelino Vieira, um dos melhores e mais úteis filhos da terra paranaense. Vou tentar transmitir à Casa, em rápidas palavras, os contornos da personalidade de Avelino Vieira, e dizer da clareira que sua morte abriu nas lideranças do Paramá, o amplo vazio que seu desaparecimento causou em nossa paisagem humana.

Avelino Vieira não era o homem de sucesso fácil, que tivesse chegado ao bom êxito a golpes de aventura e em rasgos de sorte. Ao contrário disso. Antes de chegar a ser o criador e dirigente da Rede Bamerindus, o oitavo maior conglomerado financeiro do País, e a ocupar o cargo de membro do Conselho Monetário Nacional, Avelino Vieira tem uma longa carreira em sua vida a mostrar tenacidade, trabalho, honradez, inteligência, amor aos semelhantes e ao seu Estado, é acima de tudo fidelidade a si próprio.

Sem ser formado em Economia, era, no entanto, um economista autodidata, que deixou prova de seus conhecimentos nos comentários que escrevia e publicou em todos os números do Boletim Informativo Bamerindus. Quem não o conheceu pessoalmente, vai descobrir nos seus artigos um espírito apaixonado pelos fenômenos econômicos e de um notável bom senso, que pregava incansavelmente contra a aventura da vida financeira, e mostrava ser um homem preocupado em encontrar as melhores soluções para os problemas da Economia. Saído de um meio restrito, o seu espírito, porém, alcançava os fatos do mundo, e os recolhia para meditação, exame e angustiada busca dos caminhos mais acertados para o bem estar econômico dos homens. A sua preocupação não se prendia à própria organização, mas se estendia aos problemas nacionais e mundiais, e ele era um atento observador que tirava as lições de quanto ocorria no campo econômico.

Mas, quem conheceu pessoalmente Avelino Vieira, pode ver a melhor dimensão de seu espírito e sabe avaliar a falta que ele vai fazer não só ao Paraná, mas também à Nação. Homem extremamente fiel à sua origem paranaense, em nossa terra ele radicou os seus interesses e ali permaneceu indiferente aos acenos dos centros maiores.

Era Avelino Vieira um homem imensamente simples, e a grandeza da obra que realizou não fez mudar seus hábitos, sua conduta e seu relacionamento com os outros. Tinha ainda a singeleza do homem do interior do Paraná, a cordialidade, a honestidade de nossa gente, e esse comportamento não mudou no trato com os poderosos e humildes. A fortuna de bens não tocou sua alma, que já estava enriquecida de uma nobreza poucas vezes por mim deparada entre o comum dos homens. Conseguiu enfrentar e vencer as tentações da riqueza, mantendo-se sempre o mesmo homem simples na singeleza da vestimenta, na frugalidade, na naturalidade dos gestos, na simplicidade do ambiente que o cercava no lar e no trabalho.

Na Prefeitura Municipal de Tomazina, na Assembléia Legislativa do Paraná, na direção da Rede Bamerindus, no Conselho Monetário Nacional, Avelino foi ímpar pelo que realizou e como se conduziu.

No entanto, a imagem dele ainda mais avulta se olharmos as suas obras de filantropia, que ele realizava sem 'atoada, temeroso de que lhe descobrissem os gestos da mais comovedora solidariedade humana'.

Ao falecer, Avelino Antônio Vieira estava casado em segundas núpcias com Dona Maria José Santos Buquera Vieira, e deixava os seguintes filhos de seu primeiro casamento com Dona Maria José Andrade Vieira: Norma Vieira Fritzche, Cláudio Tomaz Edison, Maria Lúcia Vieira Simões, José Eduardo, Maria da Glória Vieira Peixoto, Luiz Antônio e Maria Cristina Vieira Dias.

Em razão do exposto, confio que os nobres Senhores Deputados darão o seu indispensável apoio a este projeto de lei, que tem um único escopo: homenagear um grande homem. Um empresário genuinamente paranaense, que com o seu trabalho perseverante, revelou ao Brasil, através da Rede Bamerindus, todo o valor do empresariado de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Assumo à tribuna para registrar nesta Casa, que em data de 31 de outubro p.p., Morretes comemorou seu duodécimo quadragésimo quarto aniversário, ocasião em que foi promovida pela Prefeitura Municipal, através do Prefeito Marcy Alves Pinto, com o total apoio da comunidade, solenidade alusiva a tão grande evento.

Iniciaram-se as festividades com o hasteamento da Bandeira às 08:00 horas; seguindo-se um pomposo desfile, no qual participaram unidades escolares, além de inúmeros carros alegóricos, representando as riquezas do passado e presente, e que contribuíram de forma decisiva para o progresso e desenvolvimento de nosso Estado, cujo desfile de carros alegóricos, se destacou pela sua originalidade na representação das riquezas.

A seguir visitou-se a Companhia de Liofilização de produtos agrícolas, que a curto prazo será inaugurada, e que dará novo impulso a Morretes, marcando uma nova era para o Município.

A fábrica, além de proporcionar grande melhoria na arrecadação de tributos para o município, abre um novo mercado de trabalho para o povo de Morretes, bem como um novo mercado de consumo de produtos agrícolas, o que será um incentivo à maior produção.

Quero salientar também que o Governo Federal abriu financiamento para o plantio de café em Morretes e em todo o litoral, que contribuirá de maneira decisiva para essa nova era que se inicia de progresso e incremento desenvolvimentista, sendo um dos maiores incentivadores do plantio, o Sr. José Malucelli, que tem demonstrado grande interesse na plantação de café.

Foi também servida aos participantes, uma suculenta churrascada, que a todos agradou.

Diversas outras festividades marcaram o acontecimento, entre as quais queremos registrar, a reunião na Câmara Municipal, que de forma solene foi entregue o título de cidadão benemérito a Marcos Luiz de Bonna.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos que, ouvida a Casa, fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa deste Estado, a passagem do aniversário da cidade de Morretes, que há quase dois séculos e meio plantava sua primeira raiz às margens do Nhundiaquara, e ainda eram poucos os que sonhavam com o importante papel histórico que o então pequeno povoado iria representar para a formação do povo paranaense

povo que mal havia conseguido transpor os contra-fortes da Serra do Mar, mas que já plantava no nosso solo as primeiras e fortes raízes daquilo que seria o seu desenvolvimento futuro'.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito para falar no Pequeno Expediente.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos novamente à tribuna para dar satisfação ao povo de nossa terra, especialmente aos Srs. Deputados representantes de nossa região.

Dia 29, estivemos em Bandeirantes e Itambaracá, e tínhamos certeza que os Srs. Deputados da Oposição que receberam votos daquelas populações, lá haveriam de comparecer, porque a festa era do povo, e havíamos feito um convite antecipadamente.

Queremos registrar esse fato para que, no dia de amanhã, quando esses Srs. Representantes do povo lá voltarem, lembrem-se disso, porque aquela festa foi do povo e foi feita com dinheiro dos cofres públicos, como ouvi hoje dizerem.

O Sr. Governador do Estado, acompanhado do Chefe da Casa Civil, Dr. Armando Queiroz de Moraes, do Sr. Secretário dos Transportes, Osiris Stenghel Guimarães, do Sr. Ralph Sabino, Chefe da Casa Militar, do Sr. Pedro Benghi, e demais assessores, foram recebidos por uma multidão enorme. E sempre percorro os municípios que represento e nunca vi tanta gente, não só na festa, mas nas estradas, cumprimentando e dizendo de sua satisfação pela inauguração daquela estrada asfaltada. Lá se encontravam os prefeitos da região, inclusive o Prefeito em-debista de Jacarezinho e também prefeitos do Estado de São Paulo, que está reivindicando uma passagem do asfalto para ligar Itambaracá ao Estado de São Paulo.

E nós que sabemos que dois ou três Deputados que foram muito bem votados naquelas cidades, tínhamos certeza que eles estariam presentes para, junto com o povo, festejarem a inauguração daquela estrada, que, hoje, está sendo muito usada por todo o povo.

Tínhamos feito um convite carinhoso, especialmente aos Deputados da Oposição que foram lá votados, que receberam muitos votos, mas nenhum lá compareceu, nem para cumprimentar os eleitores, aqueles eleitores que votaram na Oposição, foram os que deram parte do gado que foi abatido naquela festa.

A festa foi iniciada às 11 horas e passaram o dia todo dentro do campo de futebol, festejando.

Aproveitamos a oportunidade para trazer nossos agradecimentos ao Sr. Governador do Estado e a toda sua equipe, a todos que indistintamente, colaboraram na execução daquele trabalho.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, uma cópia do ofício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, à SANEPAR, Ofício 675/77: "Senhor Diretor:

Formulamos o presente com a finalidade de solicitar a V. Exa., providência no sentido de se realizar os estudos de viabilidade necessários para que os serviços de abastecimento de água de nosso município, passe a ser operado pela Sanepar.

Informamos, outrossim, que já foram autorizados por lei, da Câmara Municipal, e necessitamos, apenas, da aprovação de V.Sa., para que esta transferência se consolide.

Certos de podermos contar com a atenção de V. Sa., atentamente, os nossos agradecimentos.

EVARISTO AMBRÓSIO ORZONI.

Prefeito Municipal de Jaguapitã")

Apenas trouxe este ofício, aqui, como uma prova de que, em Ponta Grossa...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa V. Exa., de que o seu tempo está esgotado, e concede-lhe mais 30 segundos para a conclusão.

O SR. FUAD NACLI — ... faz-se polêmica sobre o problema da água e nós, que representamos diversos municípios do Estado, estamos pedindo por favor, para que a Sanepar encampe o nosso ofício, eis que a Sanepar tem dado atendimento satisfatório não só aos municípios que representamos, mas, aos demais também. Dizemos isto, sem demagogia política, tentando evitar que divulguem manchetes dizendo que a Sanepar não tem dado o atendimento necessário.

Todos nós sabemos da estiagem que tivemos no ano passado, estiagem esta, suprida graças ao atendimento do Governador Jayme Canet a todos os municípios.

À semana passada estivemos na Sanepar acompanhando dois prefeitos, quando constatamos que falta serem entregues os serviços de água ao Município de Jaguapitã, que é um serviço da SESP, que também está proporcionando um perfeito atendimento à população. Isto, para que possamos documentar o atendimento ao povo daquela cidade, para que possamos dar-lhe serviço de esgoto, carrear mais recursos àquela comarca.

Para isto, os Vereadores, tanto do MDB quanto da Arena, por unanimidade de votos apoiaram o convênio assinado pelo Sr. Prefeito, com a Sanepar.

Com isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos que não há demagogia, que não são os Prefeitos que querem proporcionar manchetes nos jornais, que não desejam aparecer como vedetes, nos jornais, atacando a Sanepar.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está uma prova evidente, um documento firmado de uma Prefeitura, para ser entregue à Sanepar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso — (Declina).

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste dia, apenas para encaminhar o requerimento que segue, e o faço, por delegação de Vereadores da cidade Doutor Camargo, e, muito mais do que de Vereadores, por delegação do Sr. Presidente do Diretório Municipal da Arena daquele município. — (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, requer, consoante o que preceitua o Regimento Interno, seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde Pública e Bem Estar Social, solicitando uma fiscalização sobre a forma como está sendo captada a água consumida pela população de Doutor Camargo, assim como seja oficiado ao Sr. Presidente da Sanepar, enfatizando a necessidade urgente de serem tomadas providências para a regularização do serviço de abastecimento, assim como, de tratamento da água potável, consumida pela população da cidade.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação é feita por pedido da Presidência Municipal da Aliança Renovadora Nacional de Doutor Camargo. Ocorre que há 90 dias o Município passou o acervo de sua rede de abastecimento de água à SANEPAR, que até agora não assumiu a parte que lhe toca. Os motores e as máquinas para a coleta e tratamento de água potável estão danificados; a Prefeitura Municipal alega não ter obrigação nem recursos para repará-los. Falta água durante o dia, e apenas à noite chega um pouco de água que deve ser armazenada em baldes, latas e tambores, apenas não faltando o precioso líquido no Auto Posto de Serviços de propriedade do Sr. Prefeito Municipal que, assim, garante a limpeza e o brilho dos veículos existentes nas localidades, além de reforçar seu orçamento mensal, podendo trabalhar mais tranquilamente em benefício do cumprimento das obrigações funcionais que jurou respeitar quando tomou posse.

Como as máquinas e motores estão danificados, o carro-

pipa da Prefeitura, nas horas que lhe sobram depois de abastecer o posto do Sr. Prefeito, não tem capacidade de abastecer as residências, a Prefeitura, com uma rudimentar bomba, está coletando água diretamente de uma baixada, água esta estagnada, e que, após as chuvas, recebe todo o resultado da erosão periférica, com germes nocivos e, principalmente, herbicidas e outros defensivos agrícolas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estivemos, no último dia 01, à noite, assistindo à Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Dr. Camargo. Lá também estava o Presidente da Aliança Renovadora Nacional, a quem foi dado o uso da palavra.

Três requerimentos aprovados naquela sessão, nos chamaram a atenção:

O primeiro deles, pedindo providências quanto ao serviço e sistema de captação de água de Camargo. Pelo fato da Sanepar não ter assumido a parte que lhe toca, a Prefeitura só encontrou como recursos, com o auxílio de bombas, tirar água, lentamente, do taboal, numa baixada, pegando água estagnada e, quase sempre, água que recebe toda enxurrada, toda erosão, os pesticidas lançados na lavoura.

O segundo requerimento, era dando uma área de terras para a construção de um posto de saúde novo, na cidade; ocorre que seis médicos já passaram por Dr. Camargo e ninguém mais quer voltar, porque o médico dá os remédios, e inclusive, lhe afeta a honra profissional, pois a água fornecida à população é de tão péssima qualidade, que não há remédio e não há médico que consegue manter o nível sanitário daquele povo.

Assim, justifica-se este requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

O DIA DOS VIVOS E DOS MORTOS, artigo publicado por Jorge Baleeiro de Lacerda, jornalista residente em Francisco Beltrão, no "O Estado do Paraná" de ontem. Faço minhas as suas palavras. (Lê):

"A cada dia de Finados, como que numa moviola macabra a projetar valas comuns, carneiros, jazigos e hermas, volto aos meus mortos, ao "pulvis et humbra", no dizer de Horácio. E lá vamos, eu e milhões de outros racionais, bons ou maus, esquecidos da vida, atentos à morte, rever exteriormente a casa dos nossos entes queridos. Cada qual vai para sua rua, procura sua vila ou bairro, de acordo com o "status" social do morto: Sábios, santos, políticos, bandidos, mendigos, prostitutas, santas mulheres, viciados, corruptos, toda a fauna humana.

Não há diálogo. Aqueles que já cheragam ao "Porto Seguro da Morte", evitam falar com os marinheiros do "barco da vida". As ondas do Oceano separam os vivos do porto em que já estão os mortos. Lá, amarrados no bem ou no mal que fizeram, somam ou subtraem os dias de felicidade na artimética infalível dos computadores da grande noite.

E por mais que uivemos, como o fez Napoleão, em Erling, despedindo-se do Marechal Lannes, ou como Aquiles a chorar sobre o corpo de Pátrocolo, dor tão cruel que o levou a matar Heitor, assassino de seu maior amigo, nenhuma resposta virá. Com a morte cessa todo o diálogo, somem as riquezas, o poder é reduzido às cinzas, que jamais voltarão, como Phênix, à sua forma original. Estão todos na grande sala da morte, em cuja entrada, cérebros ou anjos lhes guardam a glória ou a condenação eternas. À entrada, lê-se "É proibido o acesso dos vivos".

Para muitos, ao invés de dor, a morte é libertação. Contasse que o grande Descartes, à beira da morte, teria dito: "Coragem alma minha, faz tempo que estás prisioneira; chegou o momento de sair do cárcere e abandonar o estorvo do corpo; é preciso suportar esta desunião com alegria e coragem".



Se há os que saem da vida pela vereda da alegria, outros há que a deixam com lágrimas nos olhos, consciência pesada, injustiças a lhes corroer as carnes já na padiola do coveiro. São os mortos-mortos, que passaram por aqui apenas para usufruir, explorar, pactuar com a imoralidade no seu sentido mais amplo, e no final, arcados sob o peso de tantas misérias, a Hitler, desce à cova rasa do cemitério da vida. Outros há que pela nobreza dos ideais, pela conduta nas veredas estreitas e mal pavimentadas da vida, merecem o epitáfio: "Hic cineres, ubique nomen": "As cinzas estão aqui; o nome, em toda parte".

Poderia divagar por um sem fim de laudas; há bibliografia vasta e não me falta material inédito, mas tenho que correr ao cemitério dos vivos, pelas valas-comuns da fome, da indigência; pelos jazigos dos vícios, pelos jardins da mendicância; pelo pátio dos injustiçados e dos subassalariados. Mas são tantos os mortos-vivos, que não lhes prometo visitar a todos, às vezes chego a confundir os mortos-mortos e os mortos-vivos.

Valho-me para finalizar, de uma frase de Salomão Jorge: "A vida e a morte, a morte e a vida... quem poderá separá-las? Quem poderá isolar os mortos dos vivos, se estes são dirigidos por aqueles que, embora mortos, continuam a circular no sangue dos vivos, a pulsar no batimento de seus próprios corações?"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazendo coro com o pronunciamento do ilustre Deputado Fuad Nacli, nós também estivemos acompanhando a caravana do progresso, que leva ao interland paranaense o progresso convertido em estradas, o dinheiro do povo, aplicado em benefício do próprio povo. Não poderíamos nos calar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do meu Paraná, ao vermos S. Exa. o Governador Jayme Canet, com sua equipe de trabalho, liderado pelo grande Secretário, Dr. Osires Stenghel Guimarães, pelo não menos dinâmico Diretor dos Negócios do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Tancredo Benghi, seus assessores, Dr. Vilela Magalhães e toda equipe de um governo sadio, honesto, e que trabalha e está procurando carrear para nosso povo, para os homens do nosso Interior, os homens que hoje não puxam mais o rabicho do arado e sim estão em cima de tratores, trazendo progresso para este Paraná e para este Brasil; ao vermos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a euforia estampada naqueles humildes moradores do rincão daquela cidade que é Cambará, encrustrada na divisa com o grande Estado de São Paulo, ao vermos o pipocar dos foguetes que os homens humildes soltavam e diziam um "sim" a S. Exa. o Sr. Governador, e um "basta à demagogia", que não leva a nada e que não constrói.

Satisfeitos ficamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao vermos aquela plêiade de homens em mangas de camisa, entregar o asfalto da famosa casca de ovo. Casca de ovo que com duração segura de dez anos que a história há de contar; casca de ovo que não leva a nada, mas leva a malha rodoviária do nosso Estado para o grande Porto de Paranaguá; que leva o transporte daqueles homens que amainam a terra com seu próprio suor, na deriva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um só pensamento, no engrandecimento do Paraná e de nosso querido Brasil.

É por isso que não podemos deixar de homenagear, um desses grandes governadores que está passando pela história paranaense, homem que muitas vezes é atacado injustamente; um homem que, sem procurarmos bajular, está correspondendo e dizendo "sim" ao povo humilde de nossa terra; um homem que carrega recursos do Brasil e recursos internacionais para aplicá-los nos pontos vitais do nosso progresso. É a malha rodoviária, é a casca de ovo que dá esta imensa e gigante estrada que leva a Paranaguá, o maior Porto do Brasil, se Deus quiser, no futuro. E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na primeira quin-

zena de novembro, haremos de inaugurar mais uma casca de ovo do ouro negro que é o petróleo, que é o asfalto, uma cinta asfáltica de nossa cidade até Carlópolis, e de lá à divisa do Estado de São Paulo com Passo dos Leites, onde uma ponte magestosa feita pelo governo arenista está à espera, que se escoe as safras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não se apodreça mais milho, feijão, ou arroz, dos homens que, graças a Deus, graças ao governo arenista hoje, não puxa o cabo da enxada e nem o rabicho do arado porque hoje já temos colheitas e dinheiro carreado em benefício da lavoura. E é por isso, que fazendo coro com o Deputado Fuad Nacli, quero convidar a todos, para que possam assistir conosco e mais o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, a estrada de Joaquim Távora, Carlópolis e Passo dos Leites. Isso haremos de dizer para a posteridade no momento em que não haja mais tramas políticas.

Muito obrigado., Governador Jayme Canet, muito obrigado, Secretário Osires Stenghel Guimarães e muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A 3 minutos do término do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, e informo aos Srs. Deputados Egon Pudell e Benedito Lúcio Machado, que por haver se esgotado o tempo, não lhes será possível usar da tribuna no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito embora não possamos falar como representante de direito do Município de Morretes, porque não temos comando político, falamos na posição de representante de fato, porque fomos o Deputado mais votado, conseguindo, na última eleição, 1.200 votos naquela cidade.

E assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lá estivemos presentes no dia 31 p.p., quando Morretes comemorou mais um aniversário. E na sessão solene em que a Câmara Municipal daquela cidade outorgou ao Sr. Marcos Luiz de Bonna o título de Cidadão Benemérito daquela cidade, nós compartilhamos do júbilo daquele povo ao homenagear tão insigne personagem.

Queremos aproveitar esta oportunidade, nesta Casa de Leis, para que se oficie através de um requerimento que estamos endereçando à Mesa, se aprovado for, àquele cidadão, congratulando-se pelo feliz acontecimento das homenagens justas que lhe foram tributadas pelo povo de Morretes.

Era apenas isto que tínhamos a declarar e a dizer, Sr. Presidente, e grato pelos três minutos que nos foram concedidos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros. Ausente S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Pares

Foram ingênuos os que depositaram confiança na pessoa do Sr. Camillo Calazans, por ocasião de sua ascensão à Presidência do Instituto Brasileiro do Café. Mesmo tendo ele afirmado, em meio ao seu discurso de posse, nada entender sobre café.

Patenteou o Sr. Calazans, a sua ignorância sobre o café, quando um dia, após a catastrófica geada de 1975, sobrevoando o Paraná para ver os estragos, ao avistar uma extensa e verde vegetação, afirmou entusiasmado: "Aquele café não foi queimado".

Em verdade, o café ao qual o Sr. Calazans se referiu, era uma viçosa plantação de cana-de-açúcar, e mesmo na continuação de sua conduta, no mando da política cafeeira, sempre demonstrou inconcebível e altamente nociva cegueira no trato aos assuntos ligados ao órgão que dirige, o IBC.

Os rumos do mercado tornavam evidente um sério desastre à economia do setor. Por falta, é claro, de medidas coerentes, realistas e bem fundamentadas. Até que para sorte do Presidente do IBC que deve entender tão somente de coço e cacau, aconteceu a grande geada de 75, exatamente para a Salvação dele, pois se

dependesse de sua atuação, o mercado nunca reagiria e nem tomaria posições mais otimistas.

Mas, uma vez mais, o notório despreparo do Sr. Calazans, quase tornou-o responsável pelo que seria um dos maiores crimes contra a economia do País. Eis que a Direção do IBC estava obcecada em discriminar a cafeicultura nos seus eixos tradicionais. Queria levar o café para a Bahia e para outros Estados do Nordeste e desestimular a atividade em São Paulo e Paraná, alheando-se aos incontestáveis fatos de que a passagem desse ciclo por essas áreas tradicionais, com geadas e tudo, é que ofereceu sustentabilidade econômica à Nação por muitas dezenas de anos. Qualquer aluno de curso primário sabe disso.

A muito custo se conseguiu fazer o leigo Presidente do IBC mudar de opinião, mas as suas intenções eram tão claras, que chegou ao cúmulo de discursar na Assembleia Legislativa da Bahia, afirmando sua disposição em desviar o polo cafeeiro. E tal posicionamento cristalizou-se ainda mais, na reunião realizada no dia 01 de agosto de 1975, no Rio de Janeiro, para definir as metas do Plano de Emergência.

Realmente, o Sr. Calazans estava dominado pela obsessão de discriminar o Paraná, a ponto dos representantes de nosso Estado, revoltados, abandonarem o encontro.

Mas a tese do IBC saiu vitoriosa: foi limitado o plantio por proprietário, foram impostas limitações à própria renovação da cafeicultura. As malfadadas conseqüências originadas daquelas imbecis tomadas de posição, vieram céleres: o Paraná começou a abandonar sua cafeicultura pelo desestímulo impingido aos produtores pela política oficial. A erradicação foi violenta.

Lembro agora que em dezembro daquele ano, o Presidente do IBC foi a Maringá e mostrando-se muito flexível disse que não havia novos paranás para serem conquistados e que o governo reconhecia a importância de nosso Estado na produção cafeeira, dispondo-se a continuar oferecendo estímulos. Aliás, é desnecessário ressaltar — por ser do conhecimento geral — que o Presidente do IBC, por força de sua incapacidade não assume atitudes firmes; variando-as...

**O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte?**

**O SR. VALTER PIETRANGELO — Sr. o Deputado me permitir, para o final darei o aparte. Agradeço sua atenção.**

... variando-as de acordo com a receptividade, deixando os que delas dependem em interrogativas situações, isto é, lança uma afirmação em Salvador e outra completamente diversa em Londrina ou Maringá, usando a imprensa como "bode espiatório" para safar-se de seus erros.

Mas, Srs. Deputados, antes de ser superado o problema de discriminação, ocorreram outros desgastes com a condição da política cafeeira que lavaram, por incrível que pareça, muitos produtores a entregar café dos armazéns do IBC, dois meses após a geadas, dentro do preço-suporte. Isto porque a política defendida pelo Brasil não inspirava e nunca inspirou o mínimo de segurança a longo prazo, nunca foi e não é uma política que apresente claros horizontes para uma atividade que é responsável, atualmente, por 20 a 25 por cento de nossa receita cambial.

Depois da geadas, o Presidente do IBC, quase nada precisou fazer para que o mercado, superado o impasse inicial, acabasse tomando o caminho da alta. Só o fato de não se intrometer em demasia na política cafeeira, ajudou significativamente o setor, pois até então, todas as suas intervenções tinham sido desastrosas.

A partir de dezembro, o mercado subiu. E muito. A escalada foi violenta. Os preços passaram de 490 cruzeiros a saca, antes da geadas, para 4 mil e 500 cruzeiros, em abril deste ano.

Mais uma vez, no entanto, se observou claramente as conseqüências que se originam de medidas e atitudes tomadas por uma pessoa que pouco entende de café, pelo menos em termos de vivência,

**O Sr. Presidente do IBC, ou seja quem for que o mande**

tomar medidas, ao fazer uma desastrosa intervenção no mercado, deu o primeiro motivo para que, no exterior, se compreendesse a fraqueza da política de sustentação brasileira, eis que, exatamente no dia 15 de abril, a SUNAB logicamente por interferência do IBC — pois de outra forma não poderia ser, tabelou a venda no mercado interno a 2 mil cruzeiros por saca, mil e 700 a menos que o preço do mercado na época.

E só os exportadores foram obrigados a fazer esse fornecimento para gerar suas cotas de exportação, que seriam de duas sacas por uma colocada no mercado interno.

Se, com isso houve algum benefício da contenção inflacionária, internamente, as autoridades cafeeiras também contribuíram consideravelmente para a redução de índices inflacionários dos países importadores. Pois as medidas tomadas ajudaram deprimir de tal forma o mercado, que, desde então, as Bolsas de Londres e Nova Iorque, não pararam mais de registrar baixas.

Novas medidas discricionárias foram tomadas a seguir: como o condicionamento das compras pelo IBC, a 2 mil cruzeiros a saca, apenas dos produtores e cooperativas.

O simples mercado cafeeiro tornou-se complexo: as normas do seu funcionamento tradicional foram marginalizadas, e a semi-estatização passou a eliminar qualquer possibilidade de competitividade da comercialização. No momento em que o mercado começava o seu declínio, o IBC aumentou ainda mais, o registro mínimo de exportação que, em pouco tempo chegava a 3 dólares e 20 cents por libra-peso, ou 422 dólares por saca. E como o mercado caía vertiginosamente, distanciou-se muito a possibilidade de o Brasil voltar à comercialização no mercado internacional.

Mas, Srs. Deputados, não se pode deixar de reconhecer, no entanto, os méritos do IBC ao procurar fazer uma sustentação do mercado, via registro, e confisco, pois era uma saída razoável àquelas alturas.

Jogaram-se todos os trunfos, na esperança de uma alta, em conseqüência dos baixos estoques. Foi uma atitude louvável.

Entretanto, faltou coerência entre a política do mercado externo e a do mercado interno. Os exportadores começaram a entrar em crise financeira pois, com a paralização das vendas, não tinham como subsistir numa economia de mercado capitalista em que a participação e a freqüência no comércio são fatores essenciais à sobrevivência empresarial. Algumas firmas, inclusive, pediram concordata. Considere-se que elas se dedicaram a atividades nem sempre recomendáveis ou lícitas, mas que, seus pedidos de concordata foram motivados pelas suas difíceis situações financeiras. Refiro-me às vendas "frias", as quais, por mais ilegais e inseguras que sejam, constituíram em recursos para que as empresas se mantivessem em competitividade, facilitadas pelos próprios dispositivos utilizados na regulamentação da exportação.

A grande distorção, entretanto, registrou-se quando, enquanto no exterior o Presidente do IBC manifestava sua grande expectativa numa recuperação do mercado, internamente não demonstrava o mesmo.

A INTERBRÁS ia comprar o café caro, lá fora, estimulando, via preço, os outros países produtores, enquanto no Brasil as autoridades cafeeiras negavam-se a conceder preço de suporte mais razoável, e de acordo com a política externa que vinha sendo defendida, ou seja, ao invés da INTERBRÁS comprar café no exterior, por que não comprava, internamente, ajudando a enxugar o mercado de estoques que o pressionavam e dando sustentação ao mercado interno, necessário para que pudesse ocorrer, por extensão, uma sustentação do mercado externo?

Em torno de um milhão e duzentas mil sacas de café, a INTERBRÁS adquiriu no exterior.

Muitas incoerências se sucederam.



Muito tempo seria necessário para que se explicassem todos os erros de nossa política cafeeira, todos os detalhes de suas aberrantes distorções, todos os artificialismos utilizados, total falta de conhecimentos e outros senões que nos atrapalham a comercialização, que têm comprometido a renda do produtor, prejudicado a economia do País e que, em última análise tem contribuído para com o descrédito de nossa política externa de sustentação de preços e para com a inutilidade de nossos esforços, para fortalecimento do mercado de café.

Acho oportuno citar um fato mais recente de instabilidade de nossa política no setor. Poucos dias após ter retornado de Londres, onde o Presidente do IBC, Sr. Camilo Calazans, havia anunciado a firme disposição do Governo Brasileiro de continuar interessado em sustentar o mercado via registro e confisco cambial, foram iniciados os contratos especiais que nada mais são, que um descrédito da própria expectativa de alta do mercado, ou seja, o IBC se dizia confiante na alta do mercado mas capitulou e dobrou-se ante os interesses do mercado externo, por causa de sua própria insensibilidade ou inteligência de comercialização, clara e evidente para todos os especialistas do setor. É claro que eram válidos e heróicos todos os esforços para sustentação do mercado que começava a degingolar. E o IBC teve o apoio dos produtores e das cooperativas, para isso. Também inúmeros países começaram a apoiar, como se constata pelos resultados de recente reunião dos produtores da América Central, na qual decidiram suspender todas suas vendas do produto, também procurando a sustentação dos preços.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o IBC capitulou. Devo, então, criticar apenas o fato de ter capitulado e não o erro dessa capitulação, mas o que ela significa em termos de instabilidade de nossa política cafeeira e da falta de decisão mais segura a longo prazo e que descortine os horizontes.

Como o IBC não tinha dado nenhuma sustentação ao mercado interno e nem o Governo estava desinteressado em fazê-lo, mantendo-se insensível a todos os pedidos formulados pelos produtores, para que fossem elevados os preços do suporte, tornou-se necessário então, que se recorresse à capitulação, para trazer o Brasil de volta à competitividade no mercado. Começaram então, a serem feitos os contratos especiais. Enfatizo que devo elogiar a realização desses contratos, pois foi uma maneira inteligente para reiniciar as vendas do nosso produto, paralisadas durante 5 meses, já que o Governo não queria alterar o registro mínimo de exportação.

Entretanto, devo crer que o IBC demorou muito para acordar diante dessa realidade. Muita coisa aconteceu antes de implicitamente, reconhecer as consequências de sua política de sustentação que não tinha condições de ser vitoriosa, em um mercado que tinha entrado em baixa violenta, principalmente porque o consumo mundial caiu.

Essa demora teve consequências muito desastrosas para a economia do País. O Brasil deixou de arrecadar de hum a hum e meio bilhão de dólares; cerca de 10 por cento do que será a nossa receita cambial este ano. E se os contratos especiais não forem bem sucedidos, poderemos até fechar o ano com deficit na balança comercial, frustrando as expectativas de superavit que existem. E ao que consta, o volume de contratos especiais não atinge o que se esperava.

Pois bem, essa demorada paralização do mercado acarretou sérios problemas aos estados produtores, que não tiveram o fluxo de recursos necessários à sustentação de sua economia, já que não havia nenhuma venda. Os produtores perderam, pois confiaram demais na promessa de alta de preços feita pelo IBC, pelo próprio Ministro da Indústria e Comércio, e até mesmo por líderes do setor. Se eles perderam, o Brasil perdeu e todos nós perdemos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo levantar um alerta para as consequências de uma política cafeeira instável, da falta de horizontes, da existência de pessoas incompe-

tentes frente aos órgãos encarregados de dirigir os rumos desta política, e do que sofremos em razão de todas essas distorções.

Como paranaense representante nesta Casa de uma vasta região produtora de café, como brasileiro que viu o seu país perder mais de hum bilhão de dólares por erros na condução dos negócios com o café e como cidadão que acompanha atentamente todas as dúvidas e por isso desacetadas atitudes, em suma, todos os erros e falhas do Sr. Camilo Calazans, na Presidência do IBC, venho desta tribuna apresentar pedidos que urgem pronto atendimento.

Por todas as informações e argumentos que apresentei, Srs. Deputados, entendo que devo merecer o respaldo desta Casa, para apelar ao Governo Federal, no sentido de que conceda, de imediato, o preço do suporte de café para três mil cruzeiros por saca, necessário ao fortalecimento do nosso mercado, necessário à segurança do produtor e a sustentação de nossa política cafeeira.

Ainda mais...

(SOAM OS TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) A Presidência deseja informar V. Exa., que lhe restam dois minutos no Grande Expediente. E, segundo, a informação, V. Exa. terá mais 15 minutos, delegados pelo líder, Deputado Trajano Bastos.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda mais, Sr. Presidente, como dizia, um preço suporte que o Governo poderia até conceder a partir de janeiro ou fevereiro, na base de três mil cruzeiros, mas que se criasse uma pauta imediata de financiamento, para produtores e maquinista de café que necessitam de financiamento para poderem contar com capital de giro, possibilitando a sua sobrevivência por mais um período.

"Por outro lado, é mister lembrar que, com a geada de 1.975, o Paraná teve prejuízos financeiros da ordem de 4 bilhões de dólares, levando-se em conta o extermínio dos cafezais, das pastagens do trigo e de toda produção hortigranjeira, além do perecimento de centenas de cabeças de gado. Somente nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, um bilhão e meio de pés de café foram queimados, como consequência das mais desastrosas verificou-se ainda o êxodo de mais de 600 mil trabalhadores paranaenses que debandaram desolados para outros Estados. Hoje, o número de "bóias frias" tanto em nosso Estado como em outros é assustador. É esta a imagem do Paraná pós-geada 75.

Logo após o fenômeno de tão triste lembrança, o Governo injetou no Plano de Emergência para recuperação dos cafezais, a importância de oito bilhões de cruzeiros.

Mal refeitos desse desastre para o processo de desenvolvimento do Paraná e do País, os plantadores de café tomaram conhecimento de mais uma infeliz declaração por parte do despreparado, insensível e desumano, além de anti-paranista — Presidente do IBC, Sr. Camilo Calazans, que DISSE SER NECESSÁRIA UMA NOVA GEADA PARA COSERTAR A POLÍTICA CAFEIEIRA DO PAÍS.

Meu Deus, que País é este que cujo Governo participa semelhante espécime de irracionalidade? Não acredito que o Sr. Calazans esteja em gozo de sadias faculdades mentais.

Só um louco, aliás, dificilmente um louco, pediria para seu País, tamanha desgraça. E o que pode se chamar de, no mínimo, ignóbil demonstração de anti-patriotismo.

Sr. Camilo Calazans.

Conhece o senhor os efeitos de uma geada? É lógico que não. E se sangue corre em suas veias, comece a tremer, pois enumerarei alguns: O verde de nossas lavouras dá lugar à espectral quadro de desolação, onde o negrume das plantas queimadas é a matiz principal; homens de mãos calejadas e faces endurecidas pelo vento e pelo sol rasgadas, com sulcos formados no trato dos cafezais. São famílias inteiras arruinadas

às voltas com problemas financeiros os mais diversos, desde a conta que devem para o fornecedor até compromissos com Bancos ou outros estabelecimentos de crédito.

São levas de homens, mulheres e crianças, que acorrem para as grandes cidades engrossando cinturões de favelas, aumentando incommensurável e fantásticamente os problemas de ordem social, pois sobrevivem à custa da bondade alheia, dos poucos recursos oferecidos pelo poder público. Tendem então a descambar para a mendicância e quando não, para o crime.

Acentua-se o já inestancável êxodo rural. Frutas e verduras desaparecem de nossas mesas. Pastagens são destruídas. As criações perecem. A carne some. A fome bate às portas das casas e com ela entram a miséria, a doença e até o roubo.

Sr. Calazans, ao prejuízo econômico de todo o Paraná e de toda a Nação, adicione esta caótica descrição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de forma alguma pode o Governo brasileiro continuar confiando a Presidência do IBC ao Sr. Camilo Calazans. Se é para premiar um bom funcionário do Banco do Brasil então que se crie o Instituto Nacional do Cacau, que é do que pode entender o Sr. Calazans.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço ao Governo Federal a demissão imediata do Presidente do Instituto Brasileiro do Café, acompanhado de rigorosa avaliação de todos os seus erros e de todas as consequências originadas pela sua incontestável incapacidade, ingerência e insensibilidade na direção do Instituto Brasileiro do Café.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei, Sr. Deputado.

Apenas para dar conhecimento à Casa do requerimento que proponho nesta oportunidade. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições e com a aprovação do Plenário, requer o envio de expedientes acompanhando cópias do pronunciamento efetuado durante os trabalhos desta Casa em data de hoje — 3 de novembro de 1.977 — aos Senhores General Ernesto Geisel, Presidente da República; Ministro Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio; Ministro Allysso Paulinelli, da Agricultura e Henrique Simonsen, da Fazenda, enfatizando a necessidade imediata de se processar a substituição do atual Presidente do IBC — Instituto Brasileiro do Café — Sr. Camilo Calazans, por cidadão que realmente possua conhecimentos da política do setor.

O subscritor do presente requer ainda, um imediato aumento para 3 mil cruzeiros do preço do suporte de café, além de urgente abertura de crédito para produtores e maquinistas, oferecendo-lhes condições para enfrentarem a atual escassez do capital de giro.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1.977.

O Deputado Nelson Buffara não está, ele havia pedido um aparte de V. Exa. Nestas condições, tenho o prazer de conceder o aparte ao eminente Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Valter Pietrângelo — com o devido respeito que tenho por V. Exa., pelo conhecimento que V. Exa. demonstra ter na matéria que aborda na tribuna mesmo porque V. Exa. veio da terra do Café, de Maringá, então, ninguém melhor do que este ilustre Deputado, para tecer comentários com referência a este produto.

Procurei ouvir atentamente o vosso pronunciamento. Poderia até dizer que concordo; que estou de pleno acordo com V. Exa. Porque quando assunto tão importante é abordado nesta Casa e por pessoas de profundo conhecimento, nós temos que aplaudir. Mas, caro Deputado Valter Pietrângelo. Não negamos que o produtor de café realmente vem passando e passa por diversas crises financeiras, com dívidas nos bancos, principalmente no Banco do Brasil, de financiamentos.

Mas, Deputado Valter Pietrângelo, pensamos que também tem o outro lado da questão. Se o produtor inegavelmente não está indo bem, o consumidor, está indo pior e cada vez pior. Porque V. Exa. que gosta de saborear um cafezinho, como eu e tantos outros, chega no caixa e pede uma ficha de café e tem que pagar um cruzeiro e 50 centavos. E eu perguntaria ao nobre Deputado, que tão brilhantemente como disse, defende a tese. E aquele mísero operário, que tem 8, 5, 10 filhos, que precisa toda manhã servir o seu café à sua mãe, aos seus filhos, para si, para que eles tomem junto com o seu café alguma coisa para o sustento do trabalho diário. Como vai ficar este consumidor, Deputado Valter Pietrângelo? Qual a condição que ele terá se o café chegar ao preço almejado por V. Exa. também olhe o outro lado. O lado humano da questão, o lado do consumidor menos favorecido deste Brasil.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte do eminente Deputado Jurandir Messias. E absolutamente não sou aquilo que V. Exa. afirmou: catedrático, entendido em política cafeeira. Apesar de eu não saber lavar roupa, eu sei quando ela está suja. E por isto se a roupa está suja, a lavadeira tem que ser substituída.

Esta pergunta, o eminente Deputado não deveria fazer a mim; esta pergunta tem que ser feita ao IBC. Tem que ser feita ao Governo Federal que hoje inclusive, tem o confisco proposto por ele num valor acima do que recebe o produtor, pela saca de café. É uma pergunta muito boa inclusive, para o Instituto Brasileiro do Café, que começa agora tardiamente a efetuar os contratos especiais, para que a comercialização possa reagir; mas que dentro desse contexto de vendas especiais está aí, a devolver quase 160 dólares por saca de café à GENE-RAL FOODS; que paga a 422 dólares; 422 e poucos; 300 . . . Mas que por baixo do pano se devolve aos compradores; às multinacionais, às grandes torrefadoras, em torno dessa importância. Ora, toma-se o dinheiro do exportador brasileiro, toma-se o dinheiro, em consequência do produtor.

E começa o Governo, inclusive, a adquirir o café mais caro, lá fora, a devolver um terço, praticamente do confisco, para poder — segundo o Sr. Presidente do IBC — atender clientes tradicionais.

Não sei se entre multinacionais existem esse tratameto fraterno, esse amor preconizado pelo Presidente do IBC.

E o produtor tem que agüentar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar que restam apenas 2 minutos para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Vou concluir, Sr. Presidente.

V. Exa. há de convir também que, hoje, o cafezinho que tomamos, se fizermos as contas aritméticas, as comparações, não há justificativa para que ele tenha esse preço, para que seja vendido a esse preço. O café sai das mãos do produtor, depois vai triplicar, senão mais, o seu preço, quando chega na xicara do café.

Então, só é possível explicar um acréscimo dessas proporções, exatamente, por essas tramóias incríveis que o IBC está propondo para poder comercializar nosso café.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. esclareceu o que faltava em seu pronunciamento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell. Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O assustador índice de criminalidade, segundo consta, proporcionalmente superior aos de Nova Iorque e São Paulo,

tem preocupado seriamente o povo que vive e trabalha em Curitiba.

A imprensa, por isso, tem estampado, quase diariamente, apelos veemente no sentido de que o policiamento preventivo seja acionado com melhor estrutura para que se minimize a terrível onda de violência que assola a Capital paranaense.

Nesta linha, a edição de hoje do prestigioso órgão de comunicação, "Diário do Paraná", publica reportagem assinada pelo especializado Algacir Túlio, encimada com a chocante informação:

"A violência imperou nos 31 dias de outubro, enlutando mais de uma centena de lares curitibanos, o que demonstra a validade do clamor público por uma melhor segurança".

O conceito de segurança, entretanto, a nosso ver, não apenas abrange a atuação das forças policiais mas, também, dos órgãos judiciários. Assim, paralelamente, ao aperfeiçoamento e agilização daquela área, mistér se faz uma constante atualização desta, para que existam condições de proteção às pessoas e bens.

A comarca de Curitiba, que compreende os municípios de Curitiba, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara e Rio Branco do Sul, com uma população estimada em um milhão e 200 mil habitantes, desde o já distante ano de 1953, conta com 6 Varas Criminais, competentes para o processamento de todos os indiciados em crimes comuns e contravenções e respectivos julgamentos, exceto os previstos ao Tribunal do Júri, existindo, atualmente, de 800 a 900 processos em cada vara, embora o número ideal, conforme conclusão da Corregedoria Geral da Justiça, fosse de, no máximo, 250 processos, portanto quase 4 vezes menos do volume observado.

Levando-se em conta que, no referido ano do centenário da emancipação política do Paraná, quando viviam aproximadamente, em Curitiba, 300.000 habitantes, tramitavam 40 a 70 processos criminais em cada vara, hoje, necessariamente novas varas deveriam funcionar, para que as atividades judicantes tivessem normal desenvolvimento.

Realmente, pelo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, de 11 de dezembro de 1.975, foram criadas mais cinco varas criminais não especializadas e duas de acidentes de trânsito para fazer frente à demanda verificada.

Enquanto não são estas instaladas, porém, já estão sendo marcadas audiências para março de 1.979, por estar preenchido todo o tempo disponível antes daquele mês, apesar de funcionarem as varas em regime de duplo expediente e, muitas vezes além do expediente, em vista de audiências prolongadas e, diga-se de passagem, sem qualquer remuneração extraordinária aos que ali atuam.

Outrossim, mesmo que tempo houvesse, a superada estrutura funcional, constituída também no ano de 1953, por um escrivão, com vencimentos brutos de Cr\$ 4.943,00; dois auxiliares de cartório, ganhando apenas Cr\$ 2.742,00 brutos e, dois oficiais de justiça, percebendo somente Cr\$ 3.172,00 brutos (hoje haveria necessidade de pelo menos 5 auxiliares de cartório e 4 oficiais de justiça) tornaria praticamente impossível o normal desenvolvimento das importantes atribuições, pois em cada vara eleva-se a 18 o número dos livros escrituráveis manuais; num cartório criminal expedem-se perto de 1.000 ofícios por ano, faz-se o atendimento, cada vez maior, das partes, além da prática dos atos próprios em audiência — em média de 5 por dia — entre interrogatórios de réus, inquirição de testemunhas e de instrução e julgamento.

Por sua vez, o magistrado criminal, apesar de se dedicar em tempo verdadeiramente integral, períodos noturnos, sábados, domingos e feriados, para prolatar sentenças, à falta de funcionários chega a realizar até serviços de datilografia em audiência de réus presos, para evitar "Habeas corpus" ou retardamentos o que, indiscutivelmente se constitui em lamentável "capitis deminutio". Esta situação, naturalmente, se reflete na produção

na qualidade do trabalho do Juiz, pois tempo lhe falta para maiores estudos, pesquisas, etc.

O acúmulo de serviços suscita uma questão peculiar, quando se dá a prescrição em muitos delitos de penas menores, ficando os indiciados, conseqüentemente, isentos das devidas punibilidades.

Por outro lado, muitos notam a precariedade das instalações das varas criminais. Isto envolve desde o elevador para presos — que é um dos comuns — até a condução destes, pelos corredores, em promiscuidade com testemunhas, curiosos, terceiros e o que é mais grave, com familiares do réu, como também a ausência de policiais em serviço no 5o. andar, em que os Juizes, Promotores de Justiça, funcionários e advogados exercem suas funções.

Por isso, lamentáveis ocorrências ali se registraram, tais como mortes, fugas e tentativas de fugas mediante o uso de armas de fogo.

Quando o magistrado, em medida de segurança determina que audiências sejam realizadas a portas fechadas, a alta temperatura resultante da falta de ventilação e às vezes do elevado número de participantes, quase impossibilita a permanência de certas pessoas consideradas importantes para os esclarecimentos necessários.

Os representantes do Ministério Público, geralmente instalados inadequadamente, pois inexistem gabinetes próprios, não raro atendem a 2 varas conjuntamente, o que lhes dificulta sobremaneira o melhor desempenho.

Este quadro realmente me sensibiliza assim como os profissionais do Direito que atuam nas varas criminais da Comarca de Curitiba. É certo que grandes esforços as autoridades judiciárias, notadamente o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Ariel Ferreira do Amaral, tem desenvolvido para adequar a estrutura do Judiciário às necessidades atuais. A estes esforços, todavia, deve-se somar a melhor boa vontade de todos quantos possam contribuir para as melhores soluções, quer no aspecto funcional, quer no físico.

Por isso consigno meu voto de confiança no dinâmico Governador Jayme Canet Junior, na certeza de que apoio do Executivo não há de faltar para que, com brevidade, possa o Presidente do Tribunal de Justiça atingir as metas preconizadas para o bom funcionamento da Justiça Criminal com o que se garantirá, juntamente com a operosidade policial, a segurança da sociedade curitibana. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiado, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei número 144/77, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. Necessita de apoio. — (LE):

#### "EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI No. 144/77

Adite-se o seguinte artigo onde couber:

Artigo . . . — A Mesa elaborará e encaminhará, no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar da publicação da presente lei, o competente Ante-Projeto de "Reestruturação do Quadro de Funcionários da Secretaria desta Assembléia."

#### JUSTIFICATIVA:

O desmembramento da Mensagem propiciou em verdade,

mais ampla discussão da matéria, cujas raízes abrangem toda a estrutura desta Casa.

Demonstrou a eminente Presidência deste Poder que realmente tem suas vistas voltadas para o problema global do nosso funcionalismo.

Tivemos oportunidade de afirmar, ao subscrevermos juntamente com o ilustre Deputado Accioly Neto o Projeto de Resolução que disciplina a realização das sessões extraordinárias, que "ante a tecnologia moderna, cujos resultados positivos mesmo os humanistas são pródigos em reconhecer", não querendo isso traduzir ausência de oposição à tecnocracia, a atualização se impõe a cada momento.

Assim, a necessidade de imediata reestruturação dos Quadros desta Casa representa, hoje, depois de se arrastar por vários anos através de vários projetos, inegável condição de sobrevivência dos princípios determinantes da atuação parlamentar, do processo legislativo e da administração desta Casa. Quanto às classes de seus funcionários, deverá representar a igualdade de direitos e o fim da injustiça social que viceja ainda em alguns das classes integrantes do nosso funcionalismo.

A emenda, em conclusão, visa atender aos justos reclamos, também, dos membros deste Poder, constituindo, pois, objeto comum e prioritário dentro da Sociedade em que vivemos.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Muggiati Filho.

Os Srs. Deputados que a apoiam, permaneçam como estão.— APOIADA. Será anexada ao projeto.

Emenda ao Projeto de Lei número 144/77, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz. Necessita de apoio. (Lê):

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 144/77

Inclua-se um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado poderá prover, sob qualquer título, os cargos, de que trata este artigo, que vagarem antes da vigência da Resolução mencionada no parágrafo anterior.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Deni Schwartz.

Apoio do Sr. Deputado Muggiati Filho."

Os Srs. Deputados que apoiam, permaneçam como estão.— APOIADA.— Será anexada ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 314/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 123/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de CAMBARÁ, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município, visando melhoria da rede Municipal de ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 315/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 137/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de IBAITI, objetivando melhoria na rede Municipal de ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 316/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 139/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de IPORÁ, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município com vistas à melhoria da rede Municipal de ensino de 1o. grau.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 317/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 145/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação, e o Município de MANDAGUA-RI, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede Municipal de ensino de 1o. grau.— Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 318/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 155/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de ROLÂNDIA, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, visando melhoria da rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 319/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 161/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de UMUARAMA, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede Municipal de ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 323/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 209/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de TERRA ROXA D'OESTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, na forma que especifica. Parecer Favorável da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 324/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 210/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de GUAÍRA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 325/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 213/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de LONDRINA, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 326/77, de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 221/77 — aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de APUCARANA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 114/77, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que cria no Município de Altonia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J.,

COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— APROVADO pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está V. Exa. com a palavra, pela ordem.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, parece que não há "quorum" para votação e eu requereria chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai deferir a solicitação do eminente Deputado, muito embora poderia fazer uma verificação de votação, desde que não solicitada e dada a matéria última como aprovada pelo Plenário. Depois de advertidos os Srs. Deputados que porventura se encontrarem em seus Gabinetes, no Anexo, solicita do Sr. eminente Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, investido nas funções de 1o. Secretário, que faça a chamada nominal para constatação de "quorum".

#### SOAM OS TÍMPANOS

O SR. 1o. Secretário - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum").

O SR. PRESIDENTE — 29 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 85/77, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "CRECHE MADRE CLÉLIA MERLONI", com sede e foro na cidade de Guarapuava. (Anexo o Projeto de Lei 96/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que versam sobre a mesma matéria). Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 97/77, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o lar "JAYME WATT LONGO", da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 121/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que denomina "Professora Célia Moraes de Oliveira", a Unidade Escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 122/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública a "Filarmônica Antoninense", com sede e foro na cidade de Antonina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 126/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que declara de utilidade pública, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 144/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 76/77, encaminhando anteprojeto de lei integrado como categoria especial na parte permanente, os cargos efetivos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO PARCIAL, da C.F. FAVORÁVEL ao projeto e COM EMENDA, ambos por unanimidade e da C.R.H., FAVORÁVEL por maioria.—

Sobre o referido projeto de lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, nos seguintes

termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

Na forma do artigo 134, § 3o., inciso VIII do Regimento Interno, requeiro seja o Projeto de Lei 144/77, submetido ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, visto que esta Comissão ainda não se pronunciou sobre o mesmo, e de conformidade com o parecer da mesma apresentado em Plenário, que desmembrou as proposições.

Saia das Sessões, em 03 de novembro de 1.977.

(a) Deni Schwartz.

Em discussão.— Encerrada a discussão.— APROVADO. À Comissão de constituição e Justiça, para os devidos fins.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 329/77, de autoria da CCJ, Mensagem 53/77, ex-Proposição 266/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PONTA GROSSA, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar Professor AMÁLIO PINHEIRO, localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 333/77, de autoria da CCJ, Mensagem 60/77, ex-Proposição 291/77 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios da Delegacia e Cadeia Pública, daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do projeto de Resolução 341/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 393/77 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "JORGE DE LIMA", localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 342/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 400/77, — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de Ivaina, naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 343/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 403/77, — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de PALMITAL, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam 23 casas escolares, daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 344/77, de autoria da CCJ, Mensagem 73/77, ex-Proposição 414/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Instituto Econômico e Social — IPEA, objetivando a realização do 1o. Simpósio sobre Metodologias de Previsão e Classificação de Receitas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 345/77, de autoria da CCJ, Mensagem 82/77, ex-Proposição 448/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de GUAIARAÇÁ

objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 346/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 455/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a través da Secretaria da Administração, e o Município de IMBITUVA, objetivando execução de reparos nos prédios de estabelecimentos de ensino localizados naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 348/77, de autoria da CCJ, Mensagem 91/77, ex-Proposição 470/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARILUZ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 349/77, de autoria da CCJ, Mensagem 90/77, ex-Proposição 471/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ARARUNA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

A Presidência tão somente alerta aos Srs. Deputados, informando que está em pauta, em segunda discussão, o Projeto de Lei número 93/77, que terá esgotada a pauta amanhã, anunciando para a primeira sessão da próxima semana, no mais tardar, terça-feira próxima, para que as lideranças estejam informadas da intenção da Mesa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Bittencourt Lobo Filho, ocorrido na cidade de Paranaíba.

Nos mesmos termos, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente.— Em votação ambos os requerimentos tratando da mesma matéria. APROVADOS.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, no último dia 29 de outubro, do 17o. aniversário de fundação da TV PARANAENSE CANAL 12.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sylseu Pereira Alves.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para a Proposição número 391/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, transmitindo o apelo de nossos agricultores, no sentido de que o plantio de soja-safra 77/78, receba financiamento total de seus insumos básicos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Puericultura em São João do Ivaí. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buf-

fara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Marcos Luiz de Bonna, congratulando-se com o mesmo, em face das homenagens que lhes foram prestadas por ocasião do aniversário de Morretes.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando sejam enviadas cópias do pronunciamento efetuado durante os trabalhos desta Casa, em data de hoje, a diversas autoridades federais.— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo uma fiscalização sobre a forma como está sendo captada a água consumida pela população de Doutor Camargo, bem como ao Sr. Presidente da SANEPAR enfatizando a necessidade de serem tomadas providências para a regularização do serviço de abastecimento, assim como de tratamento de água potável. Em discussão. Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Sr. Presidente, o nobre Deputado Renato Bernardi, meu companheiro de Comissão Parlamentar de Inquérito, onde vem desenvolvendo brilhante trabalho, cumpre mais uma missão nesta tarde na Assembléia Legislativa do Paraná: trazer ao conhecimento das autoridades competentes, um fato grave que está ocorrendo na cidade de Dr. Camargo.

Voto favoravelmente ao seu requerimento, por entender que críticas deste tipo são válidas inclusive para servir como alerta às autoridades competentes.

Agora, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um reparo ao requerimento do nobre Deputado Renato Bernardi. Diz ele que a Sanepar já está há 90 dias de posse dos serviços e com o acervo do sistema de abastecimento de água na Sanepar.

Segundo estou informado, há 90 dias, a Câmara Municipal de Dr. Camargo aprovou lei autorizando o Poder Executivo a transferir o patrimônio daquele serviço autárquico do município, para a SANEPAR; e a Sanepar ainda não firmou o pacto de adesão com o município para poder tomar conta do serviço de abastecimento de água.

Entendo que este requerimento do nobre Deputado Renato Bernardi, não irá servir de alarmismo na cidade, ao contrário, S. Exa. na justificativa que apresenta faz reparos ao uso indevido de herbicidas nos mananciais que servem de abastecimento daquela cidade.

Acredito que essa ponderação deva servir de conscientização de todos os agricultores, de todos os paranaenses, com relação a qualidade da água tão necessária para todos.

Por isso, voto favoravelmente ao requerimento com o reparo de que a SANEPAR não é responsável pelo serviço e, portanto, deve a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social diligenciar no sentido de que a Prefeitura Municipal de Dr. Camargo faça os reparos devidos no seu sistema de abastecimento de água.

Era só, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira retratou a situação



realmente existente em Dr. Camargo.

Ocorre que na justificativa que fazemos desse requerimento, pedimos providências à SANEPAR, inclusive, para salvaguardar a respeitabilidade dessa empresa pública, porque S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal, há 90 dias, após votação do projeto de lei que autorizava o município a passar o acervo do abastecimento de água daquele município para a SANEPAR, não faz mais nada do que reclamar, alegando que nada pode fazer porque os motores e as máquinas estão danificados, alegando que a responsabilidade é da SANEPAR.

Mas, a SANEPAR ainda não assumiu, perante a população, uma culpa que, realmente, não tem.

Quando retratamos essa situação aqui nesta Casa, o fizemos, inclusive, a pedido de dirigentes da Arena daquele município.

Mas, é preciso que as autoridades públicas, seja a nível estadual, ou municipal, tenham a devida responsabilidade de não lançar, às costas de outros órgãos, os encargos que são seus.

E hoje, naquela região, a SANEPAR está sendo criticada por elementos pertencentes ao esquema oficial do Governo, sem, entretanto, ter qualquer culpa.

E quanto aos mananciais, como a mina e a devida caixa, estarem gastos, simplesmente, a Prefeitura de Dr. Camargo faz uma ligação direta de uma bomba centrífuga em cima da-quele lodaçal existente numa plantação de táboas que existe na região.

Ora, seis médicos passaram pelo mini-hospital de Dr. Camargo, e o que mais ficou, ficou 4 meses, porque médico nenhum mais deseja ficar em Dr. Camargo, porque, por mais que ele tente melhorar o nível de saúde da população, é impossível que aquela população consumindo aquele tipo de água, possa conservar a sua saúde intata.

Chamo a atenção também para os agentes sanitários da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, porque não é possível, um exame feito naquela água, segundo informação do Sr. Presidente da ARENA, constatou 15 tipos diferentes de germes, de bacilos, de bactérias. E é essa a água que aquela população consome.

E o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem leva a culpa é o Governo do Estado, através da SANEPAR, mas, nem o Governo, nem a SANEPAR, nem a Secretaria de Saúde Pública conhecem o problema que é de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal de Dr. Camargo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 309 e 311/77.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 661/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9204, de 20 de setembro de 1.977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo

de serviço público de ELOI MEZADRI, matrícula número 365, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao primeiro quinquênio compreendido entre 19 de janeiro de 1.965 e igual data de 1.970;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, do tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.975, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da supra citada Lei, com nova redação dada pelo Art. 2o., da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1.975, e Parecer número 5.719 deste Gabinete de Assistência Técnica; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei número 6174, a partir de 05 de agosto de 1.977, data que, em virtude da incorporação correspondente ao seu primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1.971 e 1.975, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de outubro de 1.977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 659/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7686, de 08 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar a pedido o Decreto Legislativo número 482/76, de 21 de junho de 1.977, que proveu, em Comissão SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de outubro de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 660/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7686, de 08 de agosto de 1.977, deste Poder,

#### RESOLVE:

prover, em Comissão LISPETA PEREIRA RIBEIRO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de outubro de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 662/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9324, de 22 de setembro de 1.977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a JOSÉ CHECHELISKI, matrícula número 393, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 10 de maio de 1977, data em que completou 15 anos de serviço público, computados para

todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de outubro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 663/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9129, de 19 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., 9a Lei número 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de JOSÉ CLAUDIO LUZ, matrícula número 455, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de outubro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 664/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9445, de 27 de setembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matrícula número 240, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de outubro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário